

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.430.433 - PR (2019/0010453-7)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **DAIANE CAVALHEIRO**
ADVOGADOS : **KARL GUSTAV KOHLMANN - PR036130**
 WILSON EDGAR KRAUSE FILHO - PR042135
 KARIN KASSMAYER - PR036352
AGRAVADO : **COMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANÁ SANEPAR**
ADVOGADOS : **ELIZABET NASCIMENTO - PR012845**
 JULIANA FAGUNDES KRINSKI - PR055051
 KATIA CRISTINA GRACIANO JASTALE - PR021785
 LUCIANO SILVA DE LIMA - PR063354

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por DAIANE CAVALHEIRO contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. MAU CHEIRO EXALADO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO SÃO JORGE, EM ALMIRANTE TAMANDARÉ. SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTES OS PEDIDOS INICIAIS. EXISTÊNCIA DE INÍCIO DE PROVA DO ODORE DESAGRADÁVEL ORIUNDO DA ETE. POSSIBILIDADE, NO CASO, DE DETERMINAÇÃO DE PRODUÇÃO DE PROVA IMPRESCINDÍVEL PARA O JULGAMENTO DA DEMANDA DE OFÍCIO. NECESSIDADE DE PROVA TÉCNICA PARA VERIFICAÇÃO DE ATENDIMENTO DAS NORMATIVAS APLICÁVEIS. SERVIÇO PÚBLICO QUE DEVE SER ADEQUADO. CUMPRIMENTO DOS ARTS. 10 E 933, CAPUT, DO CPC/15. ANULAÇÃO, DE OFÍCIO, DA SENTENÇA. RETORNO DOS AUTOS AO PRIMEIRO GRAU PARA PRODUÇÃO DE PROVA. APELAÇÃO CÍVEL CONHECIDA, PREJUDICADA A ANÁLISE DO MÉRITO. ANULAÇÃO DA SENTENÇA DE OFÍCIO.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial (fls. 968/982), aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 1.022, 85, 373 e 384, do CPC de 2015; 6º do CDC e 14, §§ 1º e 3º, inciso IV, da Lei n. 6.938/1981.

Sustenta, em síntese, que o acórdão recorrido foi omissivo ao não se pronunciar sobre os arts. 6º do Código de Defesa do Consumidor; 85, 373 e 384, do Código de Processo Civil de 2015; 14, §§ 1º e 3º, inciso IV, da Lei n. 6.938/1981.

Pondera que incumbe ao juiz, quando proferir uma decisão de mérito, realizar a indicação dos fundamentos pelos quais justifica seu convencimento formado através da análise das provas produzidas no processo. Aduz que deve ser concedida a

inversão dinâmica do ônus da prova.

Alega que honorários recursais são devidos no caso.

Defende que a responsabilidade do poluidor é objetiva e independe de culpa. Diz que foi desconsiderado "documento probatório capaz de conduzir à procedência do pedido, devidamente lavrada por tabelião, ata notarial".

É o relatório. DECIDO.

2. De início, observa-se que não se viabiliza o recurso especial pela indicada violação do art. 1.022 do CPC/2015. Isso porque, embora rejeitados os embargos de declaração, todas as matérias foram devidamente enfrentada pelo Tribunal de origem, que emitiu pronunciamento de forma fundamentada, ainda que em sentido contrário à pretensão da parte recorrente.

3. Em relação à alegada violação aos artigos 373 e 384, do CPC de 2015; 6º do CDC e 14, §§ 1º e 3º, inciso IV, da Lei n. 6.938/1981, o Tribunal de origem, ao apreciar os embargos de declaração, assim consignou:

Tratam os autos de Embargos de Declaração opostos pela parte autora contra o acórdão que, de ofício, anulou a r. sentença e determinou o retorno dos autos ao primeiro grau para reabertura da fase instrutória.

Constou do acórdão:

[...].

No que tange à alegação de omissão a respeito do ônus da prova, trata-se de matéria que não compete a esta instância apreciar neste momento, devendo ser examinada em primeiro grau.

Importante destacar que o Colegiado decidiu, de ofício, pela necessidade de maior instrução do feito, de modo que ficaria configurado o julgamento extra petita analisar questões que não são abrangidas pelo efeito translativo do recurso.

Nota-se que o acórdão recorrido está assentado em mais de um fundamento suficiente para mantê-lo e a recorrente não cuidou de impugnar todos eles, como seria de rigor.

Assim, a subsistência de fundamento inatacado, apto a manter a conclusão do aresto impugnado, impõe o não-conhecimento da pretensão recursal, a teor do entendimento disposto na Súmula n. 283/STF: "É inadmissível o recurso extraordinário quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles."

4. Por fim, quanto à alegada violação do artigo 85 do Código de Processo Civil de 2015, melhor sorte não socorre a recorrente, eis que a sentença proferida pelo juízo de piso foi anulada pelo Tribunal de origem ante o reconhecimento de cerceamento de defesa. Dessa forma, não existindo sucumbência no atual momento do processo, não se há falar em cabimento de honorários recursais.

5. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2612 - Brasília, Disponibilização: Sexta-feira, 15 de Fevereiro de 2019 Publicação: Segunda-feira, 18 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 11 de fevereiro de 2019.

Ministro Luis Felipe Salomão

Relator

